



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Global Gateway e Transição Energética: Implicações para a América Latina

Isabela Menezes Franco

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora Integrada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciéncia Política e Políticas Públcas

Global Gateway e Transição Energética: Implicações para a
América Latina

Isabela Menezes Franco

Mestrado em Políticas Públcas

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Esteves, Investigadora Integrada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Dedico este trabalho a todos os que resistem, sonham e lutam por um mundo mais justo.

Agradecimento

Aos meus pais, meu profundo agradecimento por terem me ensinado, desde cedo, que a educação é a chave mais poderosa para a mudança. Com o exemplo de dedicação, honestidade e carinho, vocês me mostraram que o conhecimento abre horizontes e que a persistência transforma sonhos em realidade. Sou fruto do amor que recebi de vocês.

Aos meus avós, por todo o amor que sempre recebi, por torcerem de coração pela minha felicidade e por me fazerem sentir, todos os dias, profundamente amada. Pelas memórias que aquecem o coração e pelo apoio silencioso que sempre me fez sentir amparada, deixo aqui minha gratidão e meu carinho eternos.

À minha irmã, parceira de vida, pela paciência e compreensão que a distância exigiu, permitindo que, mesmo longe, eu pudesse continuar presente no que realmente importa. Obrigado por acolher meu carinho, mesmo quando não pude estar tão perto no dia a dia.

À toda a minha família, não poderia estar aqui se não fosse por vocês.

Aos amigos, que me lembraram sempre da importância de sorrir e de seguir em frente com coragem e que fazem dos dias mais fáceis.

À minha orientadora por todo o suporte durante a escrita deste trabalho.

E, à minha esposa Samira, o coração de tudo o que conquistou. Você acreditou em mim quando eu mesmo duvidei, me apoiou em cada passo e esteve sempre presente nos dias mais difíceis. Seu amor, parceria, compreensão e suporte são a base de tudo o que construí até aqui.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão.

Resumo

Esta dissertação analisa criticamente a estratégia Global Gateway, uma das principais iniciativas de política externa da União Europeia lançada em 2021, com foco em seus projetos implementados na América Latina, em especial no campo da transição energética. A pesquisa busca compreender em que medida a atuação europeia contribui para processos de descarbonização e desenvolvimento sustentável na região, ao mesmo tempo em que avalia se tais iniciativas reforçam ou contestam desigualdades históricas entre Norte e Sul Global. A análise combina a análise de documentos oficiais da União Europeia, relatórios de organizações da sociedade civil e literatura acadêmica recente, mobilizando como marco teórico as abordagens pós-coloniais, o giro decolonial e as epistemologias do Sul. Os resultados apontam que, embora o Global Gateway seja apresentado como uma alternativa sustentável e orientada por valores, a sua implementação está fortemente marcada pela centralidade do setor privado, pela lógica do de-risking e pela ausência de mecanismos robustos de transparência, participação social e accountability. Constata-se ainda que os projetos relacionados a matérias-primas críticas e energias renováveis revelam tendências de extrativismo verde, priorizando a segurança de fornecimento para a União Europeia em detrimento das necessidades de desenvolvimento local. Nesse sentido, não é claro até que ponto o Global Gateway contribui de forma efetiva para a geração de empregos, para a inclusão social e para a construção de uma transição energética justa na América Latina. Conclui-se que, a despeito de sua retórica de sustentabilidade e de parcerias mutuamente benéficas, o Global Gateway corre o risco de reproduzir assimetrias históricas e de se consolidar mais como um instrumento de projeção geopolítica europeia do que como uma verdadeira estratégia de cooperação para o desenvolvimento da região.

Palavras-Chaves: Global Gateway; América Latina; Transição Energética.

Abstract

This dissertation critically analyses the Global Gateway strategy, one of the European Union's main foreign policy initiatives launched in 2021, with a focus on its projects implemented in Latin America, particularly in the field of energy transition. The research seeks to understand the extent to which European action contributes to processes of decarbonisation and sustainable development in the region, while also assessing whether such initiatives reinforce or challenge historical inequalities between the Global North and South. The study combines the examination of official EU documents, reports from civil society organisations, and recent academic literature, drawing on postcolonial theories, the decolonial turn, and epistemologies of the South as its theoretical framework. The findings indicate that, although the Global Gateway is presented as a sustainable and value-driven alternative, its implementation is heavily shaped by the centrality of the private sector, the logic of de-risking, and the absence of robust mechanisms for transparency, social participation, and accountability. Furthermore, projects related to critical raw materials and renewable energy reveal tendencies of green extractivism, prioritising supply security for the EU over local development needs. In this sense, it remains unclear to what extent the Global Gateway effectively contributes to job creation, social inclusion, and the construction of a just energy transition in Latin America. The dissertation concludes that, despite its rhetoric of sustainability and mutually beneficial partnerships, the Global Gateway risks reproducing historical asymmetries and consolidating itself more as an instrument of European geopolitical projection than as a genuine strategy for cooperation towards sustainable development in the region.

Keywords: Global Gateway; Latin America; Energy Transition.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
Capítulo 1. Transição Energética	3
1.1. Transição Energética na América Latina	6
1.2. Transição Justa	7
Capítulo 2. Global Gateway como Estratégia Geopolítica da União Europeia	11
2.1. Financiamento do Global Gateway	14
2.2. Participação da Sociedade Civil e de Autoridades Locais	16
2.3. Transparéncia	18
Capítulo 3. A atuação do Global Gateway na América Latina	21
3.1. Climate and Energy: TEI LAC Green Transition	21
3.2. Região das Salinas Andinas	23
3.3. Brasil	25
Conclusões	29
Referências Bibliográficas	31
Anexos	36

Índice de Tabelas

Tabela 1: Quantidade de empresas por tipo de atividade no BAG	13
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Geração de Energia na América Latina e Caribe em Terawatt-hora	6
Gráfico 2. Projetos Emblemáticos na América Latina por setor	21

Introdução

Nas últimas décadas, a União Europeia (UE) tem buscado redefinir seu papel no cenário internacional por meio de uma política externa mais assertiva e estratégica. Nesse contexto, surge o Global Gateway, lançado oficialmente em 2021 como a principal iniciativa da UE para promover conectividade global, investimentos sustentáveis e parcerias estratégicas com países, principalmente, do Sul Global. Posicionado como uma alternativa aos projetos de infraestrutura promovidos por outras potências globais, como a Iniciativa do Cinturão e Rota da China, o Global Gateway pretende reforçar a influência europeia em regiões-chave por meio da promoção de valores como sustentabilidade, democracia e direitos humanos.

Este trabalho tem como foco a atuação da UE na América Latina no âmbito do Global Gateway, com especial atenção aos projetos voltados à transição energética. A pesquisa parte da seguinte questão central: de que maneira a União Europeia está a contribuir para a transição energética justa na América Latina? Essa indagação se insere em um debate contemporâneo sobre os impactos sociais da descarbonização, buscando compreender se os projetos europeus incorporam preocupações com justiça social ou se acabam por reproduzir desigualdades históricas e dinâmicas assimétricas de poder.

O conceito de transição energética justa propõe que os processos de descarbonização devem ser socialmente inclusivos, garantindo que os custos e benefícios da transição energética sejam distribuídos de forma equitativa, especialmente entre populações vulneráveis (CAN Europe, s.d.). Em outras palavras, a transição para uma economia verde não deve ocorrer à custa de novas formas de exclusão ou exploração.

Para examinar de forma crítica o Global Gateway e seus desdobramentos na América Latina, este trabalho adota um referencial teórico ancorado nas teorias pós-coloniais, no giro decolonial e nas epistemologias do Sul. Esse arcabouço teórico permite problematizar os discursos e práticas que sustentam a atuação europeia na região, revelando as continuidades coloniais que muitas vezes se escondem sob a retórica do desenvolvimento sustentável. Ao privilegiar as vozes e saberes marginalizados, busca-se compreender em que medida os projetos impulsionados pela UE reforçam, contestam ou transformam as relações históricas entre o Norte e o Sul Global.

Dessa forma, este trabalho propõe uma leitura crítica da política externa europeia contemporânea, interrogando se o Global Gateway, ao promover investimentos “verdes”, contribui para uma verdadeira transformação das estruturas de poder globais ou se opera como mais um instrumento de manutenção da ordem internacional desigual.

CAPÍTULO 1

Transição Energética

A UE estabeleceu uma meta ambiciosa de alcançar a neutralidade climática até 2050, conforme previsto no Pacto Ecológico Europeu e formalizado na Lei Europeia do Clima. Para isso, comprometeu-se a reduzir em pelo menos 55% suas emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2030, em comparação aos níveis de 1990, e a avançar rumo à descarbonização total até a metade do século (Comissão Europeia, 2021).

Na literatura, o termo transição energética não possui uma definição precisa, mas é amplamente utilizado para descrever as transformações estruturais nos sistemas de produção, distribuição e consumo de energia, marcadas pela substituição progressiva dos combustíveis fósseis por fontes renováveis e de baixa emissão de carbono (Comissão Europeia, 2021). Esse processo está diretamente vinculado à crise climática e à necessidade de descarbonizar a matriz energética, responsável por cerca de três quartos do total de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) (Agência Internacional de Energia [AIE], 2024). Essa transformação está diretamente vinculada aos compromissos internacionais de mitigação das mudanças climáticas, notadamente os objetivos do Acordo de Paris (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015), que estabelecem a limitação do aumento da temperatura média global a no máximo 2 °C, preferencialmente 1,5 °C, em relação aos níveis pré-industriais.

De acordo com o relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), os fluxos de capital para o setor energético deverão aumentar em 2025 para 3,3 biliões de dólares, um aumento de 2% em termos reais em relação a 2024 (AIE, 2025). Cerca de 2,2 biliões de dólares vão coletivamente para energias renováveis, energia nuclear, redes, armazenamento, combustíveis de baixas emissões, eficiência e eletrificação, o dobro dos 1,1 biliões de dólares que vão para o petróleo, gás natural e carvão. Além disso, a AIE estima que a demanda total por materiais utilizados em tecnologias de energia limpa pode quadruplicar entre 2020 e 2040 e em um cenário que visa zero emissões, esse aumento pode chegar a seis vezes o volume atual de insumos minerais até 2040 (AIE, 2021).

Apesar dos avanços recentes, a transição energética enfrenta obstáculos estruturais que refletem assimetrias profundas no sistema internacional. Persistem desafios como o acesso desigual a matérias-primas críticas, o financiamento limitado em países do Sul Global e a resistência ativa de setores ligados à indústria de combustíveis fósseis. Além disso, o processo de transição tem sido marcado por uma baixa transferência de tecnologia e conhecimento

técnico para os países do Sul Global (Hickel et al., 2022)., o que perpetua relações de dependência e limita a capacidade desses países de agregar valor localmente. Em vez de promover um modelo de transição verdadeiramente cooperativo e inclusivo, observa-se uma tendência à centralização da inovação e da propriedade intelectual no Norte Global, dificultando que o Sul exerça autonomia na construção de suas próprias estratégias energéticas.

Além das dimensões técnicas e econômicas, a transição energética também possui implicações geopolíticas e sociais. A crescente demanda por tecnologias limpas tem reconfigurado as cadeias globais de valor e impulsionado uma corrida por minerais estratégicos, uma vez que são insumos fundamentais para a produção de baterias, painéis solares, turbinas eólicas e veículos elétricos (AIE, 2021). Essa nova dinâmica tem intensificado a exploração de matérias-primas no Sul Global, em especial na América Latina, África e regiões da Ásia, onde se concentram grandes reservas desses recursos.

A exploração de matérias-primas frequentemente reproduz padrões extrativistas historicamente associados à dependência econômica, à degradação ambiental e à marginalização de comunidades locais. Diversos projetos de mineração têm gerado conflitos socioambientais, afetando direitos de povos indígenas (Survival International, 2024), populações rurais e ecossistemas frágeis (Vallejos, 2021). Além disso, observa-se também a violação sistemática de direitos humanos, como condições degradantes de trabalho e exploração de comunidades vulneráveis (Kara, 2023). Em muitos casos, os benefícios econômicos da extração não são redistribuídos de forma justa, enquanto os custos sociais e ambientais recaem desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis.

Essa abordagem de transição energética corresponde ao que Bertinat & Chemes (2022) definem como "transição energética corporativa", um modelo pautado por uma visão técnico-econômica neoclássica hegemônica. Neste enquadramento, o principal é emitir menos gás de efeito estufa e gerar algum apoio geopolítico diante da crescente preocupação pública com a mudança climática, em um processo crescente de acumulação de riqueza e poder através das novas áreas de extração. No entanto, essa lógica está alinhada à manutenção do paradigma de crescimento verde ilimitado, reproduzindo as relações globais de desigualdades estruturais.

Além disso, a concentração da inovação tecnológica no Norte Global também é um entrave à construção de uma transição energética justa no Sul Global. Uma vez que grande parte das patentes globais estão sob controle de empresas de alta renda, o que lhes permite impor preços, controlar fluxos de conhecimento e limitar a difusão tecnológica (Hilty & Batista, 2023). Esse arranjo consolida uma dinâmica em que países no Sul Global operam como fornecedores de mão de obra barata e matérias-primas, mas permanecem excluídos das etapas

mais lucrativas e estratégicas da cadeia produtiva. Esse modelo, sustentado por instrumentos como patentes e acordos de comércio internacional, restringe a soberania tecnológica e aprofunda a dependência estrutural, comprometendo a possibilidade de que esses países conduzam transições energéticas em seus próprios termos (Hickel et.al., 2022).

Segundo Félix & Melón (2022), o avanço do “capitalismo verde” nos países centrais ocorre em paralelo à proliferação, nos países dependentes, de projetos extrativistas destinados a fornecer os recursos materiais necessários para viabilizar a transformação socioeconômica e tecnológica projetada pelo Norte Global. Em outras palavras, a transição “verde” das economias centrais depende diretamente da intensificação da exploração de territórios periféricos, reforçando relações históricas de dependência e desigualdade.

Nesse sentido, a transição energética corre o risco de consolidar novas formas de colonialismo verde, nas quais o discurso da sustentabilidade encobre dinâmicas de exploração e apropriação de recursos do Sul por interesses do Norte Global. Tais processos exigem uma abordagem crítica e integrada, que considere não apenas a redução de emissões, mas também a justiça social, a soberania dos territórios e a sustentabilidade das comunidades diretamente afetadas pela transição.

No contexto do Global Gateway, essa crescente demanda por matéria-prima tem reforçado o interesse estratégico da UE em regiões ricas em recursos minerais, como a América Latina, particularmente países como Chile, Argentina e Brasil. A transição energética europeia, embora apresentada como um esforço global e sustentável, depende estruturalmente do acesso seguro e contínuo a esses minerais (Comissão Europeia, 2024a). Essa dinâmica levanta questionamentos importantes sobre a forma como a UE estrutura suas parcerias internacionais, especialmente em termos de equilíbrio de poder, transferência de valor, e inclusão de salvaguardas sociais e ambientais.

Ao analisar os projetos do Global Gateway na América Latina, torna-se crucial investigar se essa estratégia de segurança de fornecimento mineral está sendo conduzida de forma a promover uma transição energética justa, que não apenas descarbonize, mas também respeite os direitos das comunidades locais, evite práticas extrativistas predatórias e contribua para o desenvolvimento equitativo nos territórios envolvidos.

A abordagem da UE é frequentemente percebida por países parceiros como uma extensão das assimetrias históricas entre centro e periferia, uma vez que os benefícios industriais e tecnológicos permanecem concentrados no Norte, enquanto os custos sociais e ambientais recaem sobre comunidades locais já vulnerabilizadas. A corrida europeia por segurança mineral corre o risco de substituir antigas dependências energéticas por novas formas de dominação

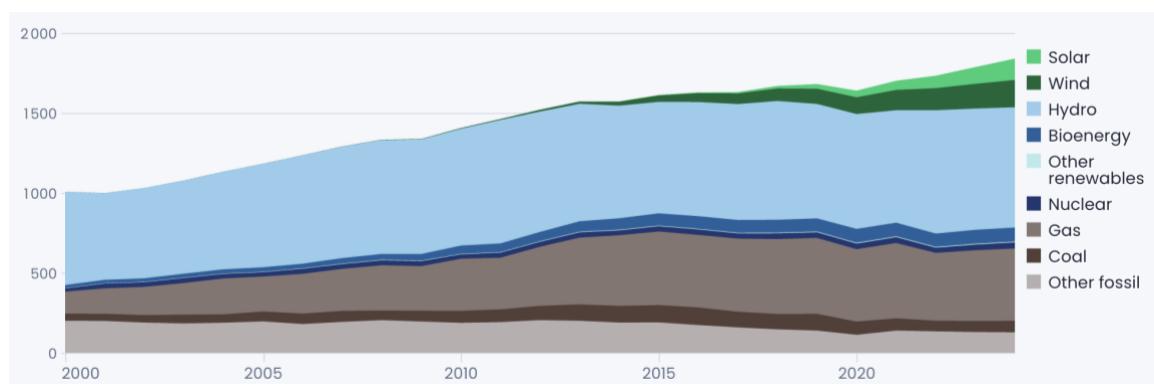
geoeconômica, sem garantir mecanismos efetivos de participação, redistribuição de valor ou justiça ambiental. O que se observa, portanto, é um modelo de transição centrado na manutenção da competitividade europeia, onde o discurso sustentável muitas vezes encobre práticas extractivas intensivas e relações neocoloniais que contradizem os princípios de uma transição justa.

1.1. Transição Energética na América Latina

A América Latina abriga 9% da população mundial, responde por 6% da oferta mundial de energia e cerca de 4% das emissões anuais de GEEs (Ungaretti et al., 2025). Na região, os combustíveis fósseis ainda representam cerca de dois terços da matriz energética total da região, refletindo a forte dependência do petróleo e do gás natural para transportes, geração térmica e processos industriais (AIE, 2023a).

Contudo, como pode ser observado no Gráfico 1, embora a relação entre energia renováveis e energia fósseis tenha se mantido em níveis similares ao longo das últimas décadas, há uma tendência crescente do aumento de energia renovável na região, principalmente da energia solar e eólica, que passaram para uma representação combinada de cerca de 12%. O gráfico também apresenta um declínio da participação da energia proveniente de hidrelétricas, que caiu de 60% em 2000 para cerca de 45% em 2022. Essa diversificação representa um avanço em direção a uma matriz mais resiliente e menos dependente da variabilidade hidrológica, especialmente diante das crescentes secas associadas às mudanças climáticas.

Gráfico 1: Geração de Energia na América Latina e Caribe em Terawatt-hora



Fonte: Ember (2025).

Contudo, a transição energética na América Latina enfrenta desafios estruturais que condizem muito com a realidade singular dos países (Ciotta & Peyerl, 2021). Em primeiro lugar, o crescimento econômico dos países da América Latina está intensamente associado e dependente do uso de combustíveis fósseis e de matérias-primas críticas. (Koengkan & Fuinhas, 2020). No Chile, por exemplo, a mineração é a maior indústria, contribuindo com 12,5% para o Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2020 (Banco Central do Chile, 2021). O Chile também representa 27% da produção mundial de cobre, um material essencial para tecnologias de energia renovável, como veículos elétricos e painéis solares (AIE, 2023b). Além disso, de acordo com o Data Explorer da organização Ember, em 2024, cerca de 61% da eletricidade argentina foi produzida a partir de combustíveis fósseis, enquanto apenas 39% vieram de fontes de baixa emissão de carbono. (Ember, 2025).

1.2. Transição Justa

O conceito de transição justa emergiu originalmente dos movimentos sindicais, em particular das preocupações com os impactos sociais e trabalhistas das políticas ambientais. Inicialmente, os debates em torno da transição justa concentravam-se principalmente na questão do emprego, chamando atenção para os riscos que uma transição para uma economia de baixo carbono poderia representar para os trabalhadores de setores altamente poluentes (Morena, 2018). Nessas primeiras formulações, a transição justa era concebida como um instrumento de proteção dos meios aos trabalhadores que seriam direta ou indiretamente afetados pelas mudanças estruturais necessárias à descarbonização da economia. (Galgócz, 2020)

A primeira menção à transição justa é atribuída a Tony Mazzocchi, líder sindical norte-americano, veterano de guerra e ativista pela paz, que nos anos 1990 propôs a criação de um “Superfundo para os trabalhadores” (Galgócz, 2018). Esse fundo teria como objetivo proporcionar apoio financeiro e oportunidades de ensino superior aos trabalhadores deslocados pelas políticas de proteção ambiental (Galgócz, 2018).

Com o passar dos anos, o conceito evoluiu e passou a integrar uma agenda mais ampla de justiça socioambiental. Durante a preparação para a conferência climática de Copenhague em 2009, a Confederação Sindical Internacional (CSI), definiu transição justa como “uma ferramenta que o movimento sindical partilha com a comunidade internacional, destinada a facilitar a mudança para uma sociedade mais sustentável e a dar esperança na capacidade de uma “economia verde” para manter empregos dignos e meios de subsistência para todos”. (Confederação Sindical Internacional [CSI], s.d.)

Gradualmente, os sindicatos começaram a adotar uma conceituação mais abrangente de transição justa, entendendo-a como “um esforço deliberado para planear e investir numa transição para empregos, setores e economias ambiental e socialmente sustentáveis”. (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], 2017). Esse entendimento ganhou força nas negociações internacionais sobre o clima, culminando com a inclusão do termo no Acordo de Paris (ONU, 2025), tornando-se um elemento integrante do quadro internacional da política climática e teve uma adoção mais ampla por parte de intervenientes não sindicais (Morena, 2018).

A partir desse momento, a transição justa deixou de ser uma bandeira exclusiva dos movimentos sindicais e passou a ser reconhecida por uma gama mais ampla de atores, incluindo governos, organizações internacionais, setor privado e instituições multilaterais, como um elemento essencial da governança climática global.

Em 2015, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) consolidou esse avanço ao publicar suas Diretrizes para uma Transição Justa (Galgócz, 2018), um conjunto de orientações políticas destinadas a apoiar empresas, governos e partes interessadas da sociedade civil no processo de transição para uma economia mais verde (Galgócz, 2018). As diretrizes sublinharam a necessidade de garantir os meios de subsistência das pessoas que possam ser negativamente afetadas pela transição ecológica e salientam igualmente a necessidade de as sociedades serem inclusivas, proporcionarem oportunidades de trabalho digno para todos, reduzirem as desigualdades e eliminarem efetivamente a pobreza (Galgócz, 2018).

Dessa forma, a transição justa passou a ser entendida como um componente essencial das políticas climáticas internacionais, indo além da compensação por perdas econômicas. Trata-se de garantir que os processos de descarbonização sejam planejados de forma a distribuir de maneira equitativa os custos e benefícios da transição ecológica. O conceito orienta a formulação de políticas que considerem a inclusão social, a proteção de grupos vulneráveis e a promoção de empregos dignos, assegurando que a transformação rumo a uma economia verde não aprofunde desigualdades já existentes.

No contexto desta pesquisa, o conceito de transição justa será utilizado como lente analítica para avaliar as iniciativas do Global Gateway na América Latina. Considerando que muitos dos projetos promovidos pela União Europeia envolvem setores estratégicos como energia renovável, mineração e infraestrutura verde, é fundamental analisar em que medida essas iniciativas incorporam os princípios de justiça social que caracterizam uma transição justa e não apenas refletem interesses econômicos e comerciais europeus. Isso inclui avaliar se há mecanismos efetivos de participação das comunidades afetadas, proteção dos direitos humanos

e salvaguardas contra a reprodução de desigualdades socioeconômicas e ambientais. A transição justa, nesse sentido, permite analisar se a contribuição europeia para a descarbonização da região está sendo conduzida de forma a reduzir desigualdades históricas ou, ao contrário, se corre o risco de reproduzir assimetrias econômicas, sociais e políticas sob uma nova roupagem “sustentável” e de “parcerias mutuamente benéficas”. (Comissão Europeia, 2024b).

CAPÍTULO 2

Global Gateway como Estratégia Geopolítica da União Europeia

A estratégia Global Gateway foi lançada pela Comissão Europeia e pelo Alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança em 1 de dezembro de 2021 (Comissão Europeia, 2021c). Esta estratégia surge como uma resposta europeia à crescente competição geopolítica em torno da influência económica e diplomática global, procurando posicionar a UE como um parceiro credível, transparente e sustentável para países em desenvolvimento e mercados emergentes. A Comissão Europeia define o Global Gateway como: “um plano da UE para a realização de grandes investimentos no desenvolvimento de infraestruturas em todo o mundo” (Comissão Europeia, 2021b).

De acordo com Heldt (2023), o primeiro fator externo e necessário que levou à promulgação do Global Gateway foi a ascensão da China como financiadora global de infraestrutura. A crescente atuação chinesa, especialmente no continente africano, gerou na UE a percepção de que era necessário adotar uma postura mais ativa para exercer liderança geopolítica e criar sua própria esfera de influência. A autora argumenta que, diante da perda de espaço da UE na África para projetos chineses, o Global Gateway surge como uma resposta estratégica para contrabalançar essa tendência e reafirmar a presença europeia em uma região de interesse histórico e diplomático para o bloco.

A estratégia estabelece o objetivo de mobilizar até €300 bilhões em investimentos entre 2021 e 2027, através de uma abordagem coordenada conhecida como Equipa Europa (Team Europe). Esta abordagem visa reunir os esforços dos Estados-Membros da UE, das instituições financeiras europeias, bem como do setor privado. A coordenação e integração desses diferentes atores procuram assegurar maior eficácia, coerência e visibilidade às ações externas da EU (Comissão Europeia, s.d.-f). Dentro dessa abordagem há as Team Europe Initiatives (TEIs), que se concentram na identificação de prioridades críticas que limitam o desenvolvimento em um determinado país ou região (Comissão Europeia, s.d.-f).

De acordo com a Comissão Europeia, o Global Gateway “visa impulsionar os investimentos que promovem os valores democráticos e de alto nível, a boa governação e a transparência, as parcerias equitativas e as infraestruturas verdes, limpas e seguras e que catalisam o investimento do setor privado” (Comissão Europeia, 2021b). Os fundos mobilizados serão orientados para cinco áreas: clima e energia, infraestruturas digitais, transportes, saúde, e educação e investigação científica.

A Comissão Europeia define também que o seu objetivo é estabelecer ligações e não criar dependências (Serviço Europeu para a Ação Externa [SEAE], 2021) e se propõe a investir em projetos que possam ser realizados com normas exigentes, boa governação e transparência (Comissão Europeia, s.d.-b). Argumenta que a forma de aumentar o investimento em infraestruturas será através do trabalho conjunto com os países de acolhimento, as instituições financeiras e o setor privado, com vista a impulsionar a competitividade da EU (Comissão Europeia, s.d.-c).

Outro fator essencial para o surgimento do Global Gateway foi a mudança no paradigma do financiamento ao desenvolvimento, marcada pela crescente centralidade do setor privado. Conforme destaca Heldt (2023), a UE passou a adotar uma abordagem baseada na atração de capital privado para financiar projetos de infraestrutura, especialmente por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Essa mudança acompanha uma tendência global, também observada em instituições como o Banco Mundial, e está inserida em um novo “mantra do desenvolvimento” que busca criar projetos atrativos para investidores privados. A autora recorre a Gabor (2021) para explicar que esse modelo se baseia em estratégias de “redução de riscos” (de-risking), nas quais os Estados usam recursos públicos para proteger o capital privado de perdas potenciais. No contexto do Global Gateway, essa lógica permite canalizar investimentos privados para projetos no Sul Global, garantindo lucratividade com o respaldo de fundos públicos, sem exigir novos aportes diretos dos Estados-membros da UE.

Em relação a sua governança, o Global Gateway estabelece dois mecanismos formais de envolvimento de partes interessadas externas: o Business Advisory Group (BAG) e a Plataforma Consultiva da Sociedade Civil e Autoridades Locais, criados em setembro e outubro de 2023, respectivamente. Esses órgãos foram anunciados como instrumentos de diálogo e participação com atores não estatais, em linha com o discurso da União Europeia sobre governança inclusiva e parcerias sustentáveis.

Entretanto, a composição do BAG, formado por 59 membros e 10 observadores (ver Anexo 1), revela uma assimetria significativa em favor do setor privado corporativo, especialmente de grandes empresas multinacionais com histórico controverso em termos socioambientais. Entre os membros encontram-se corporações como a Bayer, associada a práticas agrícolas intensivas que resultam em escassez de água, poluição, desmatamento, perda de biodiversidade, impactos negativos à saúde e conflitos fundiários com comunidades indígenas e de agricultores (European Center for Constitutional and Human Rights [ECCHR], 2024), e a TotalEnergies, uma das maiores companhias de combustíveis fósseis do mundo, cuja atuação contradiz frontalmente os compromissos climáticos assumidos pela própria UE. A presença majoritária

de atores empresariais com tais perfis levanta questionamentos sobre a coerência entre os objetivos declarados do Global Gateway, como a transição verde e o desenvolvimento sustentável, e os interesses efetivamente representados em seus órgãos consultivos.

Além disso, como demonstra a Tabela 1, apenas 22% das empresas representadas no BAG atuam nos setores de saúde, educação e investigação científica, áreas fundamentais para o desenvolvimento social e para a construção de sociedades mais equitativas. Essa sub-representação pode ser parcialmente explicada pelo baixo retorno financeiro direto que esses setores oferecem no curto prazo, sobretudo quando comparados a áreas como infraestrutura, energia ou tecnologia, onde há maior potencial de lucro.

Esse desequilíbrio reforça a tendência de mercantilização da cooperação, em que as decisões estratégicas se alinham à lógica de rentabilidade privada, e não necessariamente às prioridades das populações locais. Diante disso, é ainda mais evidente o papel insubstituível do financiamento público na viabilização de investimentos em setores essenciais, mas que não atraem capital privado por não oferecerem retornos imediatos ou garantidos. A ausência de mecanismos que garantam esse equilíbrio compromete os objetivos declarados do Global Gateway de promover um desenvolvimento verdadeiramente centrado nas necessidades locais.

Além disso, como destacado por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), sete empresas membros do BAG já se beneficiam dos projetos do Global Gateway, o que levanta preocupações sobre o uso desse grupo como espaço de influência empresarial para garantir acesso a recursos públicos voltados ao desenvolvimento (Counter Balance et al., 2024). As empresas em questão, Moller Maersk, Enel, Meridiam, Orange, Nokia, TotalEnergies e Siemens, ocupam ao mesmo tempo o papel de conselheiras e beneficiárias, o que pode gerar conflitos de interesse e favorecer a atuação de lobbies corporativos dentro da política de cooperação europeia.

Tabela 1: Quantidade de empresas por tipo de atividade no BAG

Principal setor de atividade	Quantidade
Digital	13
Educação e investigação	4
Saúde	9
Transporte	14
Energia e Clima	19

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados da Comissão Europeia.

No que se refere à Plataforma Consultiva da Sociedade Civil e das Autoridades Locais, foram apresentados 57 membros, sendo 42 redes e plataformas de organizações da sociedade civil, 4 parceiros sociais e associações profissionais e empresariais de autoridades locais (ver Anexo 2). Em relação à distribuição geográfica das organizações da sociedade civil e suas redes, observa-se uma concentração no Norte Global, com 24 sedes localizadas nessa região, enquanto 18 estão sediadas no Sul Global. Esse desequilíbrio geográfico levanta questionamentos sobre a representatividade e a equidade na participação, especialmente considerando que muitas das iniciativas do Global Gateway são implementadas justamente em países do Sul.

2.1. Financiamento do Global Gateway

Para estimular a participação do setor privado, o Global Gateway recorre a instrumentos financeiros como garantias públicas e mecanismos de financiamento misto (*Blended Finance*), que combinam fundos públicos com capitais privados. Um dos principais instrumentos utilizados é o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Plus (EFSD+), inserido no quadro do orçamento externo da UE. Estes instrumentos procuram reduzir o risco associado aos investimentos em contextos considerados mais instáveis ou voláteis, aumentando assim a atratividade dos projetos para investidores privados e instituições financeiras. O enfoque na mobilização de capital privado poderá favorecer interesses geopolíticos e comerciais da União Europeia, em detrimento de objetivos de desenvolvimento centrados nas populações locais.

Uma das críticas centrais ao modelo de financiamento promovido pela estratégia Global Gateway é que ele tende a favorecer projetos com maior viabilidade comercial em detrimento de iniciativas essenciais para as comunidades mais vulneráveis. Muitos investimentos não priorizam atividades com forte impacto social, como a construção de infraestruturas básicas de saúde, o acesso universal à educação, o fornecimento de água potável, o saneamento ou a eletrificação de áreas rurais (Counter Balance et al., 2024). Estes sectores, embora fundamentais para garantir os direitos e o bem-estar das populações, frequentemente não oferecem retornos financeiros imediatos nem são considerados suficientemente rentáveis para atrair capital privado. Assim, há um risco real de que os projetos com maior relevância social sejam negligenciados em função de critérios de rentabilidade e de interesses geopolíticos (Counter Balance et al., 2024).

Além disso, o recurso a mecanismos de partilha de riscos com fundos públicos levanta a questão da responsabilidade na utilização de recursos orçamentais europeus. Existe o receio de que os fundos públicos sejam utilizados essencialmente para proteger os interesses do setor

privado, sem garantias claras de que os benefícios chegarão efetivamente às populações-alvo. Este modelo pode comprometer os princípios de eficácia da ajuda ao desenvolvimento e a orientação para resultados de longo prazo, preconizados pelas políticas de cooperação internacional da União Europeia.

Em suma, o Global Gateway representa uma tentativa significativa da União Europeia de se afirmar como um ator global na promoção de infraestruturas sustentáveis, digitais e verdes. Contudo, para que esta estratégia cumpra plenamente os seus objetivos de promoção de um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável, será necessário garantir que os interesses comerciais e geopolíticos não se sobreponham às verdadeiras necessidades das populações nos países parceiros. A coerência entre os objetivos declarados e a implementação prática, bem como a monitorização rigorosa dos impactos sociais e ambientais dos investimentos realizados, serão fatores cruciais para o sucesso e a legitimidade desta iniciativa europeia.

A principal fonte de financiamento do Global Gateway é a política e o orçamento de cooperação para o desenvolvimento da UE, cuja missão principal, de acordo com os tratados fundadores da UE, é “a redução e, a longo prazo, a erradicação da pobreza” (União Europeia, 2008). Contudo, a apropriação desse orçamento por uma estratégia centrada na competitividade econômica, acesso a mercados e interesses geopolíticos levanta sérias preocupações quanto à instrumentalização do desenvolvimento em favor de interesses europeus. Ao reorientar recursos originalmente destinados à promoção da justiça social e ao combate às desigualdades globais, a UE corre o risco de transformar sua cooperação em uma ferramenta de influência estratégica, desvirtuando sua missão histórica e aprofundando assimetrias entre o Norte e o Sul Global. Esse cenário torna-se mais evidente uma vez que 60% dos projetos de 2023 e 2024 beneficiam pelo menos uma empresa europeia como Siemens, Moller Group ou Suez e apenas 16% de todos os projetos do Global Gateway investem em setores-chave para o desenvolvimento, como saúde, educação e pesquisa (Counter Balance et al., 2024).

O próprio Parlamento Europeu tem chamado atenção para as fragilidades do Global Gateway, questionando seu alinhamento com as metas de desenvolvimento e com os princípios que a estratégia afirma defender. Em documento recente, o Parlamento apontou que a lógica de “tomada de decisões geoestratégicas de cima para baixo, vinculada a ganhos econômicos de curto prazo e interesses de terceiros, pode minar os valores e objetivos de desenvolvimento da estratégia” (European Parliamentary Research Service [EPRS], 2024, p.5). Essa avaliação reforça o risco de que a iniciativa, ao priorizar interesses estratégicos e comerciais da União Europeia, acabe por se afastar dos fundamentos declarados de parceria igualitária, inclusão e sustentabilidade.

2.2. Participação da Sociedade Civil e de autoridades locais

A Plataforma Consultiva da Sociedade Civil e das Autoridades Locais do Global Gateway é composta atualmente por 57 membros. A iniciativa visa, em tese, ser um “espaço para a sociedade civil e as autoridades locais fornecerem feedback sobre a implementação do Global Gateway dentro das diferentes prioridades de investimento e contextos geográficos, e para trocar com a Comissão Europeia sobre oportunidades de se envolver em parcerias do Global Gateway em nível de país, complementando as consultas locais e garantindo que uma abordagem totalmente inclusiva seja adotada” (Comissão Europeia, s.d.-a).

No entanto, diversas análises já indicam que há uma ausência de envolvimento estruturado por parte da sociedade civil e dos governos locais, especialmente diante da falta de mecanismos vinculativos de participação, tanto nos países parceiros quanto no interior da própria União Europeia. Na prática, a atuação da sociedade civil tem se limitado a um papel meramente consultivo e reativo, muitas vezes restrito à etapa de monitoramento ex post, com pouca ou nenhuma influência efetiva na formulação ou seleção dos projetos financiados.

Portanto, a fim de compreender melhor o grau de participação da sociedade civil no âmbito do Global Gateway, foram enviadas cinco perguntas a organizações integrantes da Plataforma Consultiva da Sociedade Civil e das Autoridades Locais. As perguntas foram encaminhadas por meio de diferentes canais de comunicação, incluindo envio direto por e-mail institucional, formulários de contato disponibilizados nas páginas oficiais das organizações e, quando disponível, mensagens via WhatsApp corporativo.

As perguntas encaminhadas às organizações buscavam justamente avaliar sua experiência direta com o processo do Global Gateway, abordando temas como frequência de participação em reuniões, mecanismos de escuta ativa, representação nos diferentes estágios do ciclo de projeto (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação), e percepção sobre a inclusão de comunidades locais e a promoção de uma transição energética justa. Também se solicitou que as organizações compartilhassem sugestões para o fortalecimento da sua atuação dentro do marco institucional do Global Gateway. O questionário completo encontra-se disponível no Anexo 2.

Uma das queixas mais presentes em todas as respostas é a de que o envolvimento das organizações da sociedade civil foi concebido de forma superficial e tardia. Uma organização que atua em advocacy em Bruxelas afirma que a participação foi “mal concebida e escassamente implementada, o envolvimento da sociedade civil foi concebido como uma

reflexão tardia e a CE prefere varrer as queixas para debaixo do tapete do que irritar os investidores privados”. Isso revela uma percepção de que o processo privilegia investidores privados em detrimento de uma escuta real da sociedade civil e das comunidades afetadas.

O Foro Ciudadano para las Relaciones CELAC-UE, embora reconheça avanços em termos de acesso à informação e de espaços de diálogo, ressalta a baixa capacidade de influência nas decisões. Segundo o Foro, o papel da sociedade civil é “na maioria dos casos, escasso, se não inexistente. Quando ocorre, ocorre após o lançamento dos projetos. Consequentemente, as possibilidades de monitoramento e avaliação dos projetos são muito limitadas.” Além disso, a organização ainda afirma que “os projetos do Global Gateway em nível nacional deveriam fazer parte do desenvolvimento de roteiros nacionais previstos nos regulamentos da UE, mas até o momento isso não tem acontecido de forma sistemática ou generalizada”.

Outro ponto levantado diz respeito à transição energética. Há críticas à incoerência entre projetos que buscam sustentabilidade e outros que reforçam práticas extrativas. O Foro Ciudadano alerta para contradições, citando iniciativas que promovem a exploração de lítio e hidrogênio verde, que “afetam seriamente a disponibilidade e o uso dos recursos hídricos no contexto da transição energética, mas também afetam sua conservação e disponibilidade para as populações locais”.

De forma semelhante, o Instituto Rede Jubileu Sul denuncia a “falsa transição energética”, destacando que os governos negociam projetos sem envolver comunidades locais e que as consultas públicas, quando ocorrem, são meramente informativas e não deliberativas. A organização afirma que “mesmo quando essas audiências são realizadas, governos e empresas já tomaram uma decisão sobre a implementação do projeto, e a comunidade acaba sendo apenas informada, e não verdadeiramente consultada. E seu território é impactado; a vida das pessoas e da natureza não é, ou é pouco, levada em consideração nessa tomada de decisão”.

Este padrão identificado de exclusão ou de consultas tardias e superficiais pelas comunidades locais também é destacado pela Wetlands International Europe que ressalta que, em projetos ligados a matérias-primas críticas, “as comunidades locais não foram adequadamente consultadas ou levadas em consideração”.

Por fim, as propostas de melhoria destacam alguns pontos centrais: maior transparência nos processos de desenho e aprovação dos projetos; fortalecimento do financiamento para organizações da sociedade civil; oportunidades de diálogo nos níveis local, sub-regional e nacional; e criação de canais reais de tomada de decisão conjunta.

Em síntese, a análise mostra que a percepção dominante é de que a participação da sociedade civil no Global Gateway ainda é limitada, fragmentada e pouco influente. As críticas

se concentram na falta de transparência, na consulta tardia às comunidades, na predominância dos interesses privados e na incoerência entre projetos de desenvolvimento e de transição energética justa.

Já no que se refere à participação das autoridades locais, o relatório do European Centre for Development Policy Management (ECDPM) observa que, apesar de sua relevância central para o desenvolvimento territorial, essas autoridades continuam a ser tratadas mais como beneficiárias finais do que como atores estratégicos no ciclo dos projetos (Bossuyt & Sabourin, 2024). Na prática, a tomada de decisões é dominada pelas instituições centrais da União Europeia, governos nacionais e instituições financeiras internacionais, relegando os níveis subnacionais a uma posição secundária.

Essa exclusão é particularmente problemática porque os governos locais detêm conhecimento direto das necessidades sociais, ambientais e infraestruturais das comunidades, e sua participação poderia fortalecer tanto a legitimidade democrática quanto a eficácia dos projetos. Ao não criar mecanismos institucionais que garantam uma participação estruturada das autoridades locais e regionais, a UE corre o risco de reproduzir abordagens top-down, minando a promessa de parcerias igualitárias e reduzindo a capacidade do Global Gateway promover transformações sustentáveis e inclusivas nos territórios onde atua.

2.3. Transparência

A falta de transparência na implementação dos projetos do Global Gateway tem sido motivo de crescente preocupação entre especialistas, organizações da sociedade civil e parlamentares europeus. Embora a Comissão Europeia publique descrições sucintas dos projetos, faltam informações fundamentais sobre os critérios e processos de seleção, a estrutura de financiamento, as metodologias de avaliação de risco e os cronogramas detalhados de execução (Gavas & Granito, 2024).

Além disso, apesar da contínua apresentação de novos projetos, nenhuma avaliação pública e sistemática foi realizada sobre os impactos efetivos dos projetos lançados em 2023 e 2024, revelando não apenas uma lacuna de *accountability*, mas também o risco de que a estratégia se consolide mais como instrumento geopolítico do que como uma política orientada para resultados de desenvolvimento (Gavas & Granito, 2024).

Além disso, o modelo de financiamento baseado em *Blended Finance* e garantias públicas levanta questões adicionais: quais projetos estão sendo cofinanciados por fundos privados? Quais critérios foram usados para classificar os riscos e justificar o uso de garantias com

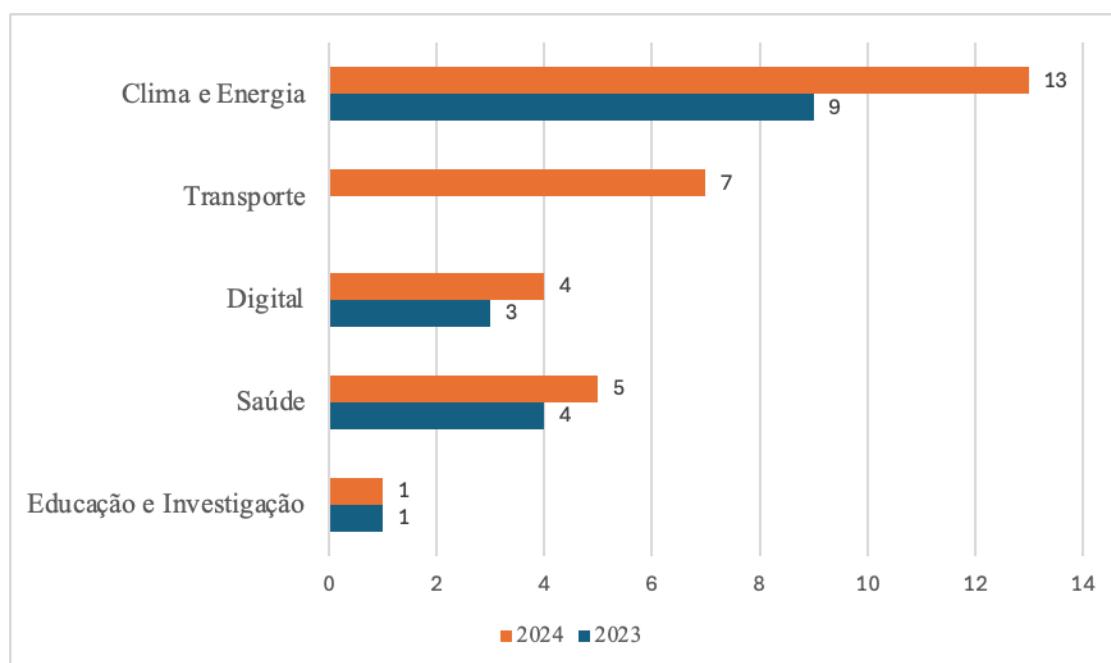
recursos públicos? Quais mecanismos foram aplicados para garantir *due diligence*, inclusão social e salvaguardas ambientais? Até o momento, tais informações permanecem fragmentadas, quando não totalmente ausentes.

CAPÍTULO 3

A atuação do Global Gateway na América Latina

Na América Latina e no Caribe, o Global Gateway prevê a mobilização de €45 bilhões até 2027 para investimentos em infraestrutura leve e pesada (Comissão Europeia, 2024c). Em 2023, foram identificados 17 projetos emblemáticos na região, dos quais 9 foram voltados para clima e energia, 3 para o setor digital, 4 para saúde e 1 para educação e investigação. Já em 2024, o número de projetos aumentou significativamente, totalizando 30 iniciativas, com destaque para 13 projetos na área de clima e energia, 7 voltados para transporte, 4 para digitalização, 5 para saúde e 1 para educação e pesquisa. Em 2023 os projetos emblemáticos na América Latina representaram 19,5% dos projetos totais, e em 2024 21,7% do total.

Gráfico 2: Projetos Emblemáticos na América Latina por setor



Fonte: Comissão Europeia.

3.1. Climate and Energy: TEI LAC Green Transition

O Projeto emblemático “*Climate and Energy: TEI LAC Green Transition*” funciona como uma iniciativa estruturante do Global Gateway para a América Latina e o Caribe, atuando de forma semelhante a um guarda-chuva sob o qual se agrupam diferentes projetos nacionais e regionais.

De acordo com um infográfico disponibilizado no âmbito do TEI LAC Green Transition, a proposta do Team Europe busca criar sinergias e fortalecer a cooperação intra-regional por meio de diversas ações (Comissão Europeia, (s.d.-d)). Entre elas, estão: apoiar a implementação das

TEIs em países que não possuem um Multi-Annual Indicative Programme (MIP) (o que corresponde a cerca de 50% dos países da América Latina e Caribe); fortalecer a coordenação regional; ampliar a colaboração no desenvolvimento de indicadores de adaptação às mudanças climáticas; intensificar o monitoramento e acompanhamento do financiamento climático na região; apoiar a plataforma de precificação de carbono; promover diálogo político e capacitação; aumentar a colaboração no uso de informações de satélite para modelagem; oferecer apoio a negociadores nas Conferências das Partes (COPs) de mudanças climáticas e biodiversidade; e ampliar a cooperação regional no uso de instrumentos fiscais verdes e revisões por pares.

Essas ações se organizam em cinco pilares de cooperação: governança ambiental, oceânica e mudanças climáticas; transição para energias renováveis e eficiência energética; proteção ambiental; biodiversidade e pegada do desenvolvimento humano, com sistemas confiáveis de monitoramento, verificação e relatórios; e cidades inteligentes e sustentáveis.

As modalidades e ferramentas previstas incluem: diálogo político, capacitação (com mecanismos de cooperação entre pares e intercâmbio de boas práticas por meio de webinars e workshops), assistência técnica, operações de blending e garantias, twinning e concessão de subsídios (grants).

Entre as entregas-chave destacam-se: (1) gestão de risco de desastres, com o programa Euroclima para gestão regional de riscos na América Central; (2) comercialização de tecnologias verdes e de baixo carbono desenvolvidas por pequenas e médias empresas europeias, com atuação na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia e México; (3) integração de cadeias de valor industriais estratégicas com base na Parceria UE-América Latina sobre Matérias-Primas; (4) rastreamento da recuperação pós-COVID na ALC, via PNUMA; (5) em El Salvador, construção de duas linhas de teleférico na área metropolitana de San Salvador, com capacidade para transportar até mil pessoas por hora; (6) em mobilidade urbana, desenvolvimento de planos e políticas de transporte sustentável em nível nacional, regional e local em países como Chile, Uruguai, Equador, Argentina, Cuba, Brasil, México, Guatemala e Peru, incluindo planos urbanos e projetos-piloto para incentivar o uso de bicicletas em cidades selecionadas, no âmbito do EuroClima; e (7) a articulação com a Parceria do Pacto Verde UE-Caribe.

Apesar de apresentar um conjunto amplo de objetivos, pilares e entregas-chave, a proposta do Team Europe no âmbito do TEI LAC Green Transition carece de informações detalhadas sobre aspectos cruciais, como prazos, montantes de investimento, fontes de financiamento e critérios de monitoramento de resultados. Essa ausência dificulta avaliar a real viabilidade e o

alcance das ações anunciadas, além de limitar a transparência e a possibilidade de acompanhamento por parte de governos locais, sociedade civil e comunidades diretamente afetadas. A linguagem genérica dos documentos oficiais, somada à ausência de dados concretos sobre impactos ambientais e sociais, reforça a percepção de que se trata mais de um instrumento diplomático e de projeção política da União Europeia do que de um plano efetivamente comprometido com transformações estruturais na região.

3.2. Região das Salinas Andinas

A região das salinas andinas da Argentina, Bolívia e Chile contém 65% das reservas comprovadas de lítio do mundo (Garcés Millas, 2021), razão pela qual se encontra a área conhecida como “Triângulo do Lítio”. A Bolívia abriga a maior parte dos recursos, com 24% no Salar de Uyuni, seguida pelo Chile, com 22% nas salinas do Atacama e Maricunga, enquanto a Argentina responde por 19% (Garcés Millas, 2021).

Contudo, como problematiza o Observatori del Deute en la Globalitzación (ODG), o próprio nome “Triângulo do Lítio”, é um conceito colonialista que exemplifica a desvalorização do território, sua desnaturalização e sua dessacralização, reduzindo tudo a um recurso do qual se pode extrair lucro, com o fato adicional de que o lítio agora é apresentado como um recurso estratégico para a “transição verde” (Observatori del Deute en la Globalitzación [ODG], 2023).

A extração de lítio é considerada uma forma de “mineração da água”, pois o mineral é obtido a partir da salmoura, o que implica um elevado consumo hídrico e provoca impactos severos sobre o ecossistema dos salares (Muñoz Coca, 2021). De acordo com Vallejos (2021), a obtenção da salmoura na região envolve a adição de produtos químicos, como soda cáustica e cal, à mistura de salmoura e água doce, que permanece exposta ao sol durante meses e o processo de evaporação gera um concentrado mineral. Contudo, esse processo resulta no desaparecimento de planícies e lagoas essenciais para a manutenção da biodiversidade local, afetando as comunidades que ali vivem, comprometendo recursos hídricos vitais, ciclos migratórios de aves e a reprodução de camelídeos (Vallejos, 2021).

Os efeitos dessa exploração já são visíveis em territórios como Antofagasta de la Sierra, onde, segundo Vallejos (2021), o rio Trapiche, fonte de abastecimento de água doce para uma mineradora durante 23 anos, foi explorado até o ponto de quase esgotamento irreversível. A Vega del Trapiche, onde viviam as famílias que sofreram deslocamento territorial forçado para a construção de uma barragem para coletar água doce para a mineradora, sofreu graves danos,

ficando completamente escura devido à falta de água, e estima-se que a recuperação seja quase impossível se as mineradoras extractivas continuarem operando na área.

Além disso, conforme relatado pelo autor, os efluentes gerados na extração de lítio são lançados diretamente nas salinas e na Lagoa Catal, contaminando e degradando o ambiente. A Lagoa entrou em colapso, e a planície de Peñas Blancas, adjacente à sua margem, foi igualmente afetada pela ação química. No lugar dos antigos pastos verdes, hoje predominam extensões de vegetação morta, recobertas por crostas brancas de resíduos solidificados, compondo um cenário de degradação ambiental avançada e visível (Vallejos, 2021).

Mesmo com o conhecimento das consequências nocivas da extração do lítio na região, os projetos emblemáticos do Global Gateway demonstram um interesse central da UE em garantir acesso prioritário ao lítio e a outros minerais estratégicos. Por trás do discurso de parceria e sustentabilidade, há uma clara intenção de assegurar matérias-primas essenciais para a transição energética europeia, transferindo para os territórios locais os custos sociais e ambientais dessa extração, uma vez que os custos reais dessa extração, como a escassez de água, degradação ambiental, deslocamento de comunidades e perda de modos de vida, permanecem concentrados nos territórios produtores, enquanto os benefícios econômicos e tecnológicos se acumulam nos países consumidores.

Entre 2023 e 2024, os países das salinas andinas, Chile, Argentina e Bolívia, concentraram cinco projetos emblemáticos do Global Gateway. Em 2023, foram três iniciativas regionais no eixo Clima e Energia, no âmbito do TEI LAC Green Transition, envolvendo cooperação entre Argentina e Chile junto a outros países latino-americanos. Em 2024, somaram-se dois novos projetos: um voltado ao desenvolvimento da cadeia de valor do lítio e de minerais críticos na Argentina, e outro na Bolívia, no eixo de saúde focado em gestão integrada da água e em programas de saneamento para áreas rurais e cidades de pequeno e médio porte, dentro da agenda de Green and Resilient Development. Esses números evidenciam que, embora o discurso inclua dimensões ambientais e sociais, a prioridade estratégica da União Europeia na região continua fortemente vinculada à garantia de acesso e influência sobre recursos essenciais para sua transição energética e segurança de abastecimento.

Além disso, permanece pouco claro de que maneira a União Europeia pretende gerar benefícios econômicos e sociais concretos para os países da região andina, especialmente no que se refere à criação de empregos de qualidade, à capacitação de trabalhadores locais e ao fortalecimento de cadeias produtivas nacionais que possam reter maior parcela do valor gerado. Em um dos projetos voltados ao lítio na Argentina, o próprio uso do termo “derisking sugere que as prioridades podem estar mais voltadas à proteção capital privado europeu do que à

promoção de oportunidades sustentáveis para as comunidades diretamente afetadas pela atividade mineradora. Além disso, empresas europeias com atuação na região, como a Eramet, acumulam um histórico problemático relacionado a violações de direitos de povos indígenas (Survival International, 2024), o que levanta questionamentos sobre o compromisso efetivo com padrões elevados de responsabilidade socioambiental e com práticas empresariais que respeitem os direitos humanos e o meio ambiente.

3.3. Brasil

No Brasil há, atualmente, oito projetos do Global Gateway, sendo dois no setor de transporte, um no setor digital, quatro no setor de clima e energia e um no setor de saúde. Um dos projetos no setor de clima e energia é a criação de parques de energia verde e corredores de transporte verde no Nordeste do país. Esse projeto, segundo a Comissão Europeia, tem como objetivo promover a produção em larga escala de hidrogênio verde, amônia e ferro briquetado a quente para “apoiar a transformação industrial verde e a exportação para mercados globais” (Comissão Europeia, s.d.-e).

Em primeiro lugar, é importante observar que o desenho desse projeto está orientado essencialmente para atender às necessidades externas da União Europeia. A estruturação de “parques de energia verde” e de “corredores de transporte” no Nordeste tem como foco principal garantir o fornecimento de insumos energéticos e industriais para cadeias globais, sobretudo as europeias, sem que haja clareza sobre quais benefícios efetivos serão internalizados pelas comunidades locais. Ou seja, o Brasil é colocado como um polo exportador de matérias-primas “verdes”, enquanto a transformação industrial de fato, com maior valor agregado, ocorre fora do país. Essa lógica reproduz, ainda que sob uma nova roupagem de sustentabilidade, um padrão histórico de inserção periférica e extrativista.

Além disso, a escolha dos parceiros empresariais envolvidos na execução desse projeto reforça as críticas. A associação da União Europeia a uma companhia com histórico tão marcado por desastres socioambientais é, no mínimo, contraditória. A Vale é responsável por dois dos maiores crimes ambientais da história recente do Brasil: o rompimento da barragem de Mariana, em 2015, o maior rompimento do mundo envolvendo barragens de rejeitos de mineração na época (Brasil, 2024), e o de Brumadinho, em 2019, que matou 272 pessoas e contaminou extensas áreas (Ministério Público de Minas Gerais, 2025). Em ambos os casos, além das perdas humanas irreparáveis, as consequências ambientais e sociais seguem até hoje sem plena reparação.

Não por acaso, a empresa foi alvo de processos judiciais no Brasil e no exterior. Em 2023, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) anunciou que a Vale aceitou pagar US\$55,9 milhões para encerrar acusações de ter feito declarações falsas e enganosas sobre a segurança de suas barragens antes do colapso em Brumadinho (G1, 2023). O fundo soberano da Noruega, em 2020, vetou a companhia de sua carteira de investimentos por riscos de danos ao ambiente e como resultado de repetidas falhas em suas barragens (CNN Brasil, 2021). Portanto, trata-se de uma empresa que não apenas acumulou tragédias, mas que também perdeu a confiança de órgãos reguladores e de investidores de referência. Diante desse histórico, é no mínimo questionável que a União Europeia a eleve à posição de parceira estratégica em um programa que “visa criar ligações sustentáveis e de confiança em benefício das pessoas e do planeta” (Comissão Europeia, s.d.-b).

Além disso, o próprio modelo de produção de hidrogênio verde em larga escala levanta preocupações adicionais. Segundo estudos, projetos de hidrogênio verde na África do Norte estão causando impactos sociais, econômicos e ecológicos (MENAFEM, 2025). Muitos dos projetos de energia renovável e hidrogênio são projetados para servir como importações de energia para a Europa, mais do que fornecer energia renovável acessível para comunidades locais (Africa is a Country, 2025)

Existem diferentes formas de produção de hidrogênio. Entre elas, destacam-se o hidrogênio obtido exclusivamente a partir de fontes renováveis, aquele produzido por meio do uso de gás natural e energia nuclear, bem como o que é associado a processos de captura e armazenamento de carbono (Counter Balance, 2025). No entanto, a realidade atual mostra que a maior parte do hidrogênio ainda é gerada a partir de combustíveis fósseis, o que, por sua vez, contribui para prolongar a vida útil das infraestruturas fósseis e ampliar os lucros das empresas que atuam nesse setor (Counter Balance, 2025).

Por outro lado, embora o hidrogênio proveniente de energias renováveis seja considerado uma alternativa mais limpa, ele também enfrenta obstáculos significativos. Isso porque funciona como um transportador de energia que exige a conversão da eletricidade renovável, o que torna sua utilização como solução de descarbonização extremamente intensiva em termos energéticos (Counter Balance, 2025). Além disso, o processo resulta em perdas substanciais de energia e em importantes ineficiências.

Por fim, os custos atuais do hidrogênio verde (produção, infraestrutura, despesas de armazenamento e distribuição, etc.) o tornam uma opção de descarbonização inviável, e seu futuro é seriamente questionado e descartado até mesmo na grande mídia, como o Financial Times (2023).

Embora o Nordeste brasileiro disponha de enorme potencial de energia solar e eólica, a geração de hidrogênio por eletrólise é altamente intensiva em água e requer infraestruturas portuárias e logísticas de grande impacto territorial. Em regiões que já enfrentam problemas hídricos recorrentes, como o semiárido, a instalação de plantas de produção em larga escala pode agravar a disputa por recursos e aprofundar desigualdades. Além disso, a implementação de corredores verdes para exportação tende a privilegiar interesses portuários e industriais, muitas vezes em detrimento das comunidades locais, que são raramente consultadas em processos de decisão dessa magnitude.

Portanto, a crítica que se impõe é a de que o Global Gateway, ao invés de inaugurar um novo paradigma de cooperação internacional, corre o risco de repetir velhas assimetrias. A Europa assegura sua descarbonização, enquanto o Brasil se vê novamente no papel de fornecedor de matérias-primas, com as comunidades locais arcando com os custos sociais e ambientais.

Por trás do discurso de transição energética justa, o que se percebe é a priorização do lucro de grandes corporações, como a Vale, que passam a ocupar posição de destaque em projetos financiados com recursos públicos internacionais. Em vez de colocar no centro as populações e os ecossistemas afetados, a estratégia privilegia os interesses empresariais, reproduzindo um modelo no qual os ganhos financeiros privados se sobrepõem à justiça social e ambiental.

Conclusões

Embora o Global Gateway seja apresentado pela UE como uma estratégia voltada à promoção de infraestruturas e parcerias igualitárias, revela contradições profundas em sua concepção e implementação na América Latina. O exame crítico de seus instrumentos de financiamento, da centralidade conferida ao capital privado, da frágil participação de atores locais e organização da sociedade civil e as assimetrias persistentes entre Norte e Sul sugere que a iniciativa tende a reproduzir padrões históricos de dependência e de extrativismo, ainda que sob uma nova roupagem de sustentabilidade.

Apesar da retórica de compromissos com a transição justa e com o fortalecimento das capacidades locais, não é claro até que ponto os projetos do Global Gateway na América Latina estão efetivamente contribuindo para o desenvolvimento local, para a criação de empregos na região ou para a construção de matrizes energéticas mais sustentáveis e inclusivas. A ausência de avaliações de impacto transparentes, de mecanismos robustos de prestação de contas e de uma participação significativa da sociedade civil e das autoridades locais reforça a necessidade de maior escrutínio crítico sobre os rumos da estratégia.

Assim, a dissertação conclui que o Global Gateway permanece como um projeto em aberto, cujos resultados concretos ainda não correspondem às promessas formuladas pela UE. Embora a iniciativa seja apresentada como instrumento para promover sustentabilidade e parcerias mutualmente benéficas, não está claro que os projetos implementados na América Latina estejam efetivamente contribuindo para uma transição justa na região analisada.

Pelo contrário, a análise evidencia que a prioridade estratégica da UE segue orientada para garantir a segurança do seu próprio processo de transição energética e sustentar os padrões de consumo intensivo de recursos na Europa, muitas vezes promovendo “soluções falsas”, como os projetos de hidrogênio em larga escala, que pouco dialogam com as necessidades locais e apresentam impactos socioambientais significativos, além de promover projetos que transferem para os territórios latino-americanos os custos sociais e ambientais da extração de matérias-primas críticas.

Para que a iniciativa não se reduza a um mecanismo de projeção geopolítica e de abastecimento para o Norte Global, é imprescindível que seja reorientada de modo a priorizar o desenvolvimento local, a geração de empregos dignos, a justiça social e a sustentabilidade ambiental nos países da América Latina.

Referências Bibliográficas

Artigos Acadêmicos

- Bertinat, P., & Chemes, J. (2022). Transición energética y disputa de sentidos. In P. Marchegiani & A. M. Nápoli (Eds.), *Informe Ambiental 2022: Abordar una transición socioecológica integral: el desafío de nuestro tiempo* (Cap. 2.3, pp. 131–140). Fundación Ambiente y Recursos Naturales. https://farn.org.ar/wp-content/uploads/2022/06/IAF_2022_Completo_compressed.pdf
- Bossuyt, J., & Sabourin, A. (2024). The EU Global Gateway strategy: Giving local authorities a voice (Discussion Paper No. 378). ECDPM. <https://ecdpm.org/application/files/4417/2727/1695/The-EU-Global-Gateway-strategy-giving-local-authorities-a-voice-ECDPM-Discussion-Paper-378-2024.pdf>
- Ciotta, M., & Peyerl, D. (2021). Mudanças climáticas na América Latina pelas perspectivas da transição energética e dos acordos internacionais. In *Governança Internacional e Desenvolvimento* (pp. 479–497) (Livro). EDUSP.
- Félix, M., & Melón, D. E. (2022). Beyond the Green New Deal? Dependency, racial capitalism and struggles for a radical ecological transition in Argentina and Latin America. *Geoforum*, 145, Artigo 103653. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.10.010>
- Gabor, D. (2021). The Wall Street consensus. *Development and Change*, 52(3), 429–459.
- Galgócz, B. (2018). Just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all (ILO/ACTRAV Policy Brief). Geneva: International Labour Organization. <https://www.ilo.org/publications/just-transition-towards-environmentally-sustainable-economies-and-societies>
- Galgócz, B. (2020). Just transition on the ground: Challenges and opportunities for social dialogue. *European Journal of Industrial Relations*, 26(4), 367–382. <https://doi.org/10.1177/0959680120951704>
- Garcés Millas, I. (2021). Dialoguemos sobre el litio: los imaginarios de la transición y el Salar de Maricunga. In R. Morales Balcázar (Coord.), *Salares Andinos: Ecología de saberes por la protección de nuestros salares y humedales* (pp. 195–209). Fundación Tanti.
- Gavas, M., & Granito, L. (2024). What the Global Gateway flagship projects tell us about the EU's priorities [Blog post]. Center for Global Development. <https://www.cgdev.org/blog/what-global-gateway-flagship-projects-tell-us-about-eus-priorities>
- Heldt, E. C. (2023). Europe's Global Gateway: A new instrument of geopolitics. *Politics and Governance*, 11(4), 223–234. <https://doi.org/10.17645/pag.v11i4.7098>
- Hickel, J., Dorninger, C., Wieland, H., & Suwandi, I. (2022). Imperialist appropriation in the world economy: Drain from the global South through unequal exchange, 1990–2015. *Global Environmental Change*, 73, 102467. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>
- Hilty, R. M., & Batista, P. H. D. (2023). Potencial e limites da lei de patentes para enfrentar as mudanças climáticas. *GRUR International*, 72(9), 821–839. <https://doi.org/10.1093/grurint/ikad066>
- Kara, S. (2023). Cobalt Red: How the Blood of the Congo Powers Our Lives (1^a ed.). St. Martin's Press.
- Koengkan, M., & Fuinhas, J. A. (2020a). The interactions between renewable energy consumption and economic growth in the Mercosur countries. *International Journal of Sustainable Energy*, 39(6), 594–614. <https://doi.org/10.1080/14786451.2020.1732978>

- Koengkan, M., & Fuinhas, JA (2020b). Exploring the effect of the renewable energy transition on CO2 emissions of Latin American & Caribbean countries. *International Journal of Sustainable Energy* , 39 (6), 515–538. <https://doi.org/10.1080/14786451.2020.1731511>
- Morena, E. (2018). Securing workers' rights in the transition to a low-carbon world: The just transition concept and its evolution. In S. Duyck, S. Jodoin, & A. Johl (Eds.), *Routledge Handbook of Human Rights and Climate Governance* (pp. 292–298). Abingdon: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315312576-21>
- Muñoz Coca, J. A. (2021). Testimonio de mi retorno al campo y la lucha por la defensa del Salar de Atacama. In R. Morales Balcázar (Coord.), *Salares Andinos: Ecología de saberes por la protección de nuestros salares y humedales* (pp. 34–41). Fundación Tanti.
- Ungaretti, C. R., de Mendonça, M. A. A., & Nunes, T. G. A. (2025). A China pode afetar a transição energética na América Latina? Uma análise a partir do índice de transição energética do Fórum Econômico Mundial (Texto para Discussão No. 3076). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://doi.org/10.38116/td3076-port>
- Vallejos, E. (2021). Conflicto en el Salar del Hombre Muerto, Catamarca, Argentina. In R. Morales Balcázar (Coord.), *Salares Andinos: Ecología de saberes por la protección de nuestros salares y humedales* (pp. 52–57). Fundación Tanti.

Notícias

- CNN Brasil. (2021). Fundo soberano norueguês veta aportes em Vale e Eletrobras por danos ambientais. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/fundo-soberano-norueguês-veta-aportes-em-vale-e-eletrobras-por-danos-ambientais/>
- G1. (2023). Vale pagará US\$ 55,9 mi à SEC em acordo para encerrar ação por Brumadinho [Notícia]. G1. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/28/vale-pagara-us-559-mi-a-sec-em-acordo-para-encerrar-acao-por-brumadinho.ghtml>
- Financial Times. (2023). Lex in depth: the staggering cost of a green hydrogen economy. <https://www.ft.com/content/6e22930b-a007-4729-951f-78d6685a7514>

Dados

- Banco Central do Chile. (2021). Share of GDP by economic activity, at current prices, linked series, reference 2013 (percentage of GDP).
- Comissão Europeia. (2021c). Global Gateway: up to €300 billion for the European Union's strategy to boost sustainable links around the world [Press release]. Comissão Europeia. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt_ip_21_6433
- Ember (2025). Argentina. <https://ember-energy.org/countries-and-regions/argentina/>

Documentos e Declarações Institucionais

- Brasil. (2024) Conheça a linha do tempo da tragédia de Mariana (MG). <https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce/conheca-a-linha-do-tempo-da-tragedia-de-mariana-mg>
- Comissão Europeia (2021a). European Climate Law. https://climate.ec.europa.eu/eu-action/european-climate-law_en

Comissão Europeia (2021b). Joint Communication to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee, the Committee of the Regions and the European Investment Bank: The Global Gateway (JOIN (2021) 30 final). Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52021JC0030>

Comissão Europeia. (2023a). Global Gateway: Commission announces Business Advisory Group. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_23_4510

Comissão Europeia. (2023b). Global Gateway: Commission launches Civil Society and Local Authorities Dialogue Platform. International Partnerships – Comissão Europeia. https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/news/global-gateway-commission-launches-civil-society-and-local-authorities-dialogue-platform-2023-10-24_en

Comissão Europeia. (2023c). Global Gateway Civil Society and Local Authorities Advisory Platform: list of members [PDF]. International Partnerships – Comissão Europeia. https://international-partnerships.ec.europa.eu/document/download/264bc2a4-7e04-4e64-a4cd-0c37c1860228_en?filename=global-gateway-cso-la-advisory-platform-members-list_en.pdf

Comissão Europeia. (2024a). Ato legislativo europeu sobre as matérias-primas críticas. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/green-deal-industrial-plan/european-critical-raw-materials-act_pt

Comissão Europeia. (2024b). Declaração da presidente Ursula von der Leyen sobre o próximo colégio de comissários [Notícia]. Representação da Comissão Europeia em Portugal. https://portugal.representation.ec.europa.eu/news/declaracao-da-presidente-ursula-von-der-leyen-sobre-o-proximo-colegio-de-comissarios-2024-09-17_pt

Comissão Europeia. (2024c). Global Gateway: EU and Latin America and Caribbean build together a more inclusive and equitable partnership. Directorate-General for International Partnerships. https://international-partnerships.ec.europa.eu/news-and-events/news/global-gateway-eu-and-latin-america-and-caribbean-build-together-more-inclusive-and-equitable-2024-03-21_en#:~:text=The%20Global%20Gateway%20Investment%20Agenda%20in%20Latin%20America%20and%20the,global%20partners%20and%20Europe%20alike

Comissão Europeia. (s.d.-a). Global Gateway Civil Society and Local Authorities Advisory Platform. Directorate-General for International Partnerships. https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/governance/global-gateway-civil-society-and-local-authorities-advisory-platform_en

Comissão Europeia. (s.d.-b). Global Gateway overview. https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/global-gateway-overview_en

Comissão Europeia. (s.d.-c). Global Gateway: Europa mais forte no mundo. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_pt

Comissão Europeia. (s.d.-d). Green Transition: EUROCLIMA Latin America and Caribbean. Capacity4Dev. Team Europe Tracker. https://capacity4dev.europa.eu/resources/team-europe-tracker/partner-countries/latin-america-and-caribbean/green-transition-euroclima-latin-america-and-caribbean_en

Comissão Europeia. (s.d.-e). North-East Brazil Green Energy Parks and Green Shipping Corridors [Projeto/introdução]. International Partnerships – Comissão Europeia. https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/civil-society-and-local-authorities-advisory-platform/global-gateway-overview_en

partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/north-east-brazil-green-energy-parks-and-green-shipping-corridors_en

Comissão Europeia. (s.d.-f). Team Europe Initiatives. International Partnerships. https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/team-europe-initiatives_en

Ministério Público de Minas Gerais. (2025). Seis anos após a tragédia que matou 272 pessoas, Memorial Brumadinho é inaugurado. Portal MPMG. <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/seis-anos-apos-a-tragedia-que-matou-272-pessoas-memorial-brumadinho-e-inaugurado.shtml>

União Europeia. (2008). Treaty on the Functioning of the European Union, art. 208. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:12008E208:EN:HTML>

Relatórios Internacionais

AIE. (2021). The role of critical minerals in clean energy transitions (World Energy Outlook special report). Paris: International Energy Agency. <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdc/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf>

AIE. (2023a). Latin America energy outlook 2023 [Relatório especial World Energy Outlook]. IEA. <https://www.iea.org/reports/latin-america-energy-outlook-2023>

AIE. (2023b). Latin America's opportunity in critical minerals for the clean energy transition. International Energy Agency. <https://www.iea.org/commentaries/latin-america-s-opportunity-in-critical-minerals-for-the-clean-energy-transition>

AIE. (2024). Greenhouse Gas Emissions from Energy Highlights, Paris. <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/greenhouse-gas-emissions-from-energy-highlights>

AIE. (2025). World Energy Investment 2025 (10th ed.). Paris: International Energy Agency. <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2025>

CAN Europe. (n.d.). Socially Just Transition. <https://caneurope.org/socially-just-transition/>

Counter Balance (2025). Behind the European Investment Bank's Green Curtains: A Review of the Climate Bank Roadmap. <https://counter-balance.org/uploads/files/EIB-Green-Curtains-final.pdf>

Counter Balance, Oxfam, Eurodad. (2024). Who profits from the Global Gateway? A critical analysis of the EU's infrastructure strategy. <https://counter-balance.org/publications/who-profits-from-the-global-gateway-the-eus-new-strategy-for-development-cooperation>

CSI. (s.d.). A Just Transition in the UNFCCC's Copenhagen Deal? <https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/01-Depliant-Transition5.pdf?8161/7bd430d16cd50bccafbc864cf8d3d22e65a61e12df5efe406897543b5286e78d>

ECCHR. (2024). OECD complaint filed against Bayer AG for systematic human rights violations and environmental damages [Press release]. European Center for Constitutional and Human Rights. <https://www.ecchr.eu/en/press-release/oecd-complaint-filed-against-bayer-ag-for-systematic-human-rights-violations-and-environmental-damages/>

EPRS. (2024). EU Global Gateway: Flagship initiatives and priority areas. European Parliament. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2024/757826/EPRI_IDA\(2024\)757826_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2024/757826/EPRI_IDA(2024)757826_EN.pdf)

MENAFEM (2025). Launching the Socio-Economic Analysis Series for Green Hydrogen Projects in North Africa. <https://menafemmovement.org/launching-the-socio-economic-analysis-series-for-green-hydrogen-projects-in-north-africa/>

- OCDE. (2017). Investing in Climate, Investing in Growth. Paris: OCDE Publishing.
<https://doi.org/10.1787/9789264273528-en>
- ODG. (2023). THE MINE, THE FACTORY AND THE STORE. Global dynamics in the “green transition” and their consequences in the “Lithium Triangle”.
- ONU. (2015). Paris Agreement. United Nations Framework Convention on Climate Change.
https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf
- SEAE. (2021). The EU’s Global Gateway: creating links, not dependencies (with Jutta Urpilainen). European External Action Service. https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu’s-global-gateway-creating-links-not-dependencies-jutta-urpilainen_en
- Survival International (2024). Driven to the edge: How the demand for electric cars is destroying uncontacted Indigenous people’s lives and lands in Indonesia.
<https://www.survivalinternational.org/documents/DrivenToTheEdge/>

Anexos

ANEXO A: Participantes dos mecanismos formais de envolvimento de partes interessadas externas no Global Gateway

Tabela A.1. Lista de membros do Global Gateway Business Advisory Group (GG BAG)

Membros		
	Nome da organização	Principal setor de atividade
1	A.P. Moeller Maersk	Transport
2	ACCIONA	Transport
3	AEE Power	Climate and energy
4	Aktors	Digital
5	Alliance for Rural Electrification	Climate and energy
6	Allianz SE	Climate and energy
7	Alstom	Transport
8	ANDRITZ Hydro	Climate and energy
9	Asseco Data Systems	Digital
10	Bayer	Health
11	Brussels Airlines	Transport
12	BusinessEurope	Digital
13	Cândido José Rodrigues II Renewables	Climate and energy
14	CSR Europe	Transport
15	Danone	Health
16	Deutsche Post DHL Group	Transport
17	DFS-Diamon	Health
18	EDP – Energias de Portugal	Climate and energy
19	Eductrade	Education and research
20	ENEL	Climate and energy

21	EPIA SolarPower Europe	Climate and energy
22	Eramet	Climate and energy
23	ESET	Digital
24	European Business Organisation Worldwide Network	Climate and energy
25	European DIGITAL SME Alliance	Digital
26	European Entrepreneurs CEA-PME	Transport
27	European Federation of Pharmaceutical Industries and Associations (EFPIA)	Health
28	European International Contractors (EIC)	Transport
29	European Sea Ports Organisation	Transport
30	Eutelsat	Digital
31	FAM AB	Education and research
32	Festo Didactic	Education and research
33	FS Italiane	Transport
34	Getra Group	Climate and energy
35	Global BOD Group	Climate and energy
36	Hydrogen Europe	Climate and energy
37	Hydrogenious LOHC Technologies	Climate and energy
38	Iberdrola	Climate and energy
39	Merck	Health
40	Meridiam	Transport
41	MIM Solutions	Health
42	Mondragon Corporation	Education and research
43	MultiplexDX	Health
44	Nokia	Digital
45	Orange	Digital
46	PAIX Data Centres	Digital

47	Port of Antwerp-Bruges	Transport
48	Royal Philips	Health
49	Siemens AG	Digital
50	Telecom Italia Sparkle	Digital
51	Telefónica	Digital
52	TotalEnergies	Climate and energy
53	Trade Promotion Europe	Digital
54	Turbulent	Climate and energy
55	UNIFE – The European Rail Supply Industry Association	Transport
56	Univercells	Health
57	Veolia	Climate and energy
58	Vestas	Climate and energy
59	Volvo Group	Transport

Tabela A.2. Lista de observadores do Global Gateway Business Advisory Group (GG BAG)

Observadores	
Nome da Organização	
1	AECID - Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo
2	Agence Française de Développement Group (AFD Group)
3	Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación (CESCE)
4	European Development Finance Institutions (EDFI)
5	Euler Hermes European Bank for Reconstruction and Development (EBRD)
6	European Investment Bank (EIB)
7	Export Credit Greece (ECG)
8	Export Guarantee and Insurance Corporation (EGAP)
9	Oesterreichische Entwicklungsbank (OeEB)

Tabela A.3. Membros da Plataforma Consultiva da Sociedade Civil e das Autoridades Locais

Aplicações selecionadas – Redes e Plataformas de Organizações da Sociedade Civil (42)	
Nome da Organização	
1	Africa-Europe Foundation
2	Africa Platform of SISA Centre For Corporate Partnership
3	Alliance2015 network
4	Arab NGO Network for Development
5	Articulación Feminista Marcosur (AFM)
6	AsiaDHRRA
7	Association for Progressive Communications
8	Brussels-Africa Hub
9	Caritas Africa
10	Centre for European Studies (CEPS)
11	CONCORD
12	DiploFoundation
13	Enda Tiers-Monde
14	Euro-Med Youth Federation
15	European Disability Forum
16	European Partnership for Democracy
17	Fairtrade International
18	Fédération Internationale de l'Automobile Region I
19	FEMNET
20	Foro Ciudadano para las Relaciones CELAC-UE
21	FORUS
22	Global Campaign for Education

23	Global Network of Civil Society Organisations for Disaster Reduction (GNDR)
24	Global Student Forum
25	Green Economy Coalition
26	Instituto Red Jubileo Sur
27	International Federation for Human Rights
28	Internet Society
29	Oxfam
30	PIANGO
31	Red Cross
32	Tejiendo Redes Infancia en América Latina y el Caribe
33	Transparency International
34	Wetlands International Europe
35	Wildlife Conservation Society
36	WINGS/Philea
37	Women Engage for a Common Future (WECF)
38	Women Environmental Programme (WEP)
39	World Rural Forum
40	World Vision Brussels & EU Representation ivzw/aisbl
41	World Organization of the Scout Movement
42	Youth Alliance for Leadership and Development in Africa (YALDA)

**Candidaturas selecionadas – Parceiros sociais, associações profissionais
e empresariais (4)**

Nome da organização

1	Businessmed
2	International Cooperative Alliance
3	International Organisation of Employers

4 International Trade Union Confederation

Candidaturas selecionadas – Associações de Autoridades Locais (11)

Nome da organização

1 Association Internationale des Maires Francophones (AIMF)

2 CEMR-PLATFORMA

3 Commonwealth Local Government Forum (CLGF)

4 Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales (FLACMA)

5 Fonds Mondial pour le Développement des Villes (FMDV)

6 Mercociudades

7 ORU Fogar

8 UCLG Africa

9 UCLG Asia-Pacific

10 UCLG International

11 UCLG MEWA

ANEXO 2: Inquérito às organizações membros Plataforma de Diálogo entre a Sociedade Civil e as Autoridades Locais

Civil e as Autoridades Locais

1. Could you describe how your organization participates in the Global Gateway process? For example, how often are you invited to meetings, what kind of mechanisms or platforms are in place for dialogue, and to what extent do you feel your inputs are taken into account?
2. How do you assess the role of the civil society organizations in the different stages of the project cycle under the Global Gateway (i.e. planning, implementation, monitoring, and evaluation)?
3. In your view, to what extent do Global Gateway projects support a just energy transition in partner countries?
4. Based on your experience, have the needs and priorities of local communities been genuinely reflected in the projects financed through the Global Gateway? What mechanisms, if any, enable or hinder this inclusion?
5. What changes or improvements would you consider essential to strengthen the role of civil society within the Global Gateway framework, so that its participation becomes not only consultative but genuinely influential?